

XXV Congresso da JSD
Moção - Afirmar o Personalismo
Porto, Abril de 2018



1. Contexto da Moção

Depois da Revolução de Abril de 1974, Portugal viveu meses de grande tensão. Duas linhas antagónicas disputaram a formação do novo regime. De um lado, vários grupos de extrema-esquerda, entre os quais sobressai o PCP de Cunhal, com o projecto de instaurar uma ditadura totalitária, seguindo o modelo soviético (muitos destes partidos eram financiados pela própria União Soviética); do outro lado, o PS, o PPD-PSD e o CDS lutavam pela implementação de uma democracia-liberal ao estilo ocidental.

A segunda linha veio a triunfar, constituindo por isso, durante as últimas quatro décadas, estes três partidos, o denominado arco de governação.

Não é espúrio lembrar o momento e o espírito fundador da III República, porque só deste modo podemos atender à originalidade e aos perigos da actual conjectura, na qual a definição de arco de governação foi suprimida.

A recente aproximação do Partido Socialista à extrema-esquerda, que contradiz os princípios, a história e o posicionamento ideológico do próprio Partido Socialista, é motivo para que o PSD afirme expressamente quais são os seus valores fundamentais.

Querer fugir da clarificação de posições políticas em nada favorece o jogo democrático. Um partido não pode ser um campo fechado, nem uniforme – porém

não pode ser uma neblina de valores contraditórios, não se pode apresentar com um panorama ambíguo ao eleitorado; isto é, deve pressupor uma certa unidade (dentro da qual deve existir um sã pluralismo), deve possuir uma identidade.

Nunca é excessiva a exposição dos nossos princípios basilares, designadamente neste momento de grande confusão ideológica. Como se pode apresentar aos portugueses um partido que não conhece a sua própria identidade?

2. Objecto da Moção

Pelo que esta moção tem o objectivo de afirmar, defender e disseminar aquele que é, desde o momento da sua fundação até aos dias de hoje, o traço essencial do PSD – o Personalismo, como foi sempre vincado por Francisco de Sá Carneiro¹ e como vem claramente estabelecido no programa do partido².

O Personalismo não sendo um ideal fechado, não deixa de ter as suas características e os seus limites – as suas necessidades e as suas consequências, dentro de um espaço que é plural, mas que deve ser coerente e harmónico.

Importa portanto destacar aquilo que é e aquilo que não é o Personalismo, porque este é o código identitário do PSD e da JSD³. Sem uma base bem firme, como podemos elaborar propostas para apresentar aos portugueses? Sem uma identidade geradora definida, de que forma podemos construir um programa político para Portugal? Mais expressivamente – sem saber o que é a JSD, o que fazemos nós na JSD?

3. Ideologia *versus* Pragmatismo

O Personalismo não é uma ideologia⁴. As ideologias procuram conclusões práticas e generalistas, de modelos que são simplificações. Revelam-se “como um sistema abstracto, de carácter instrumental ao serviço da acção ou da paixão,

¹ “(Nas orientações programáticas do partido) transparece toda uma ideia personalista, em que a subordinação do privado ao social é feita sem dogmatismos de apropriação colectiva, antes com respeito por toda a dimensão da pessoa humana”. FRANCISCO SÁ CARNEIRO – *Textos*, 3º Volume. p. 460.

² Note-se que o título da primeira parte do programa do partido (Março 2012) é: “Um princípio personalista”.

³ “Guiamo-nos, sem dúvida, por ideais e princípios, bem expressos no nosso programa, entre os quais avulta o do livre desenvolvimento da personalidade integral de cada ser humano considerado em si mesmo como um valor único e insubstituível e do qual resultam a liberdade, igualdade e solidariedade”. FRANCISCO SÁ CARNEIRO – *Francisco Sá Carneiro – Textos*. 5º Volume. (1977-1078). Lisboa: Aletheia Editores, 2012. p. 146.

⁴ O que está patente no programa do partido (Março 2012).

essencialmente redutora das dimensões superiores da existência, e que desde o seu nível inferior tendem frequentemente para o totalitarismo teórico, enquanto passam – sem o ser – por uma visão integral e últimas das coisas”⁵.

A visão personalista reconhece que a realidade é superior à ideia. Pode beber do contributo de várias ideologias, está no entanto imbuída de um espírito realista, por oposição ao idealismo marxista ou ao idealismo liberal. “O único personalismo possível é aquele que tiver em conta a totalidade do ser real”⁶.

Não podemos contudo confundir Personalismo com pragmatismo. O primeiro contém um código valorístico determinado, enquanto que o segundo, se absoluto e fechado em si, torna-se cego e em última instância oco. O Personalismo só é pragmático no sentido em que entende a política como serviço, mas como um serviço referente à Pessoa e ao bem-comum. Todavia o Personalismo é contrário ao pragmatismo puro, que esquece a Pessoa em função da eficácia. Nesta lógica, o Personalismo repudia em absoluto o pragmatismo economicista que restringe o homem ao seu carácter económico.

O Personalismo não é materialista, porque reconhece que o homem também é espírito. A visão economicista é castradora da Pessoa e estupra a sua dignidade. Com base numa perspectiva materialista jamais poderíamos argumentar em favor duma inalienável dignidade da Pessoa humana, seria impossível construir uma sociedade personalista.

Ao assumir a Pessoa como o centro da política, rejeitamos firmemente o relativismo, uma vez que este desqualifica os valores morais que são condição para o respeito incondicional da dignidade de todas as Pessoas. Deste modo condenamos, por exemplo, o animalismo (já chegado à Assembleia da República, através do PAN) que propugna que os homens e os animais têm a mesma dignidade⁷.

Não podemos classificar o Personalismo como uma ideologia, o que seria redutor. Também não o podemos confundir com o pragmatismo, o que seria desvirtuador da sua essência.

4. Afirmar a Liberdade

O marxismo apresenta uma distorcida definição de liberdade, que depois influenciou outros sistemas políticos, reduzindo a liberdade à mera possibilidade, reduzindo este valor à concretização arbitrária da vontade humana.

⁵ JOSE LANGLOIS – *Doutrina Social da Igreja*. p. 251.

⁶ JEAN LACROIX – *Marxismo, Existencialismo, Personalismo*. p. 6.

⁷ É aliás célebre o *slogan* do PAN: “Todos iguais todos animais”.

O entendimento personalista é bastante mais rico. Este, partindo do princípio que a realidade é superior à ideia, considera que a liberdade existe num dado momento, dentro de um determinado espaço e está subordinada à Verdade.

Uma liberdade que não está orientada para o cumprimento da natureza humana, uma liberdade que está desligada da noção de “bem”, uma liberdade que dispensa a Verdade é uma falsa liberdade, é aquilo que chamamos de libertinagem⁸.

Ter a Verdade como referencial faz-nos ver que há opções que não libertam o homem, mas que o fazem escravo das paixões e da mentira.

Devemos evitar os dois extremos da liberdade⁹ - de um lado a tirania que a sufoca, do outro lado a libertinagem que não reconhece limites e que rejeita a responsabilidade. Sabemos que ninguém é responsável por um acto que não procedeu da sua liberdade; e ninguém é livre perante um acto, se não for responsável por esse mesmo acto. Pelo que nunca podemos separar liberdade de responsabilidade¹⁰; “são duas caras da mesma moeda”¹¹.

Seguir rigorosamente determinados princípios e valores é a única forma de potenciar uma verdadeira liberdade individual, e de assim possibilitar uma democracia. A democracia não é o primeiro valor, e carece, para ser realizável, dum absoluto respeito pelos valores fundamentais.

5. Afirmar a Igualdade

A essência da igualdade está no reconhecimento do primado indiscutível da dignidade de todas e de cada uma das Pessoas. A igualdade estabelece que a dignidade humana é totalmente independente de qualquer circunstância externa, seja esta de carácter económico, social, profissional, nacional, racial, religioso, etário, estado de saúde, etc. Todas as vidas têm exactamente a mesma medida de dignidade; todas as vidas são igualmente absolutas.

Esta afirmação da igualdade não é meramente aérea, tem consequências práticas, consequências políticas. Independentemente de qualquer desigualdade, seja em relação ao nível social, seja em relação à fase da vida, seja em relação à área de residência, seja em relação ao que for – o Estado não pode nunca deixar de reconhecer, de proteger e de valorizar os direitos fundamentais de todas as Pessoas, sem qualquer possibilidade de discriminação, porque todos participamos da mesma dignidade incondicional.

⁸ “A liberdade absoluta é um mito”. EMMANUEL MOUNIER – *O Personalismo*. p. 129.

⁹ Como faz justiça o célebre ditame de Aristóteles: “no meio está a virtude”.

¹⁰ “O homem livre é o homem responsável”. EMMANUEL MOUNIER – *O Personalismo*. p. 141.

¹¹ JUAN CUADRADO – *Antropología Filosófica*. p. 144.

O facto de que todos nós possuímos igual dignidade procede da natureza humana, não depende do Estado. Logo, o direito positivo está sujeito ao direito natural¹². Haverá mais eloquente defesa dos direitos inalienáveis do que o julgamento de Nuremberga? Haverá mais cabal prova de que a dignidade das Pessoas é superior à lei positiva? Haverá demonstração mais contundente de que um Estado que não respeita os direitos invioláveis é usurpador, tirânico e portanto ilegítimo?

O Personalismo distingue o valor da igualdade da sua caricatura – o igualitarismo. É muito diferente (contraditório aliás) dizer que a dignidade das Pessoas é independente de qualquer aspecto social (igualdade), do que postular que deve haver total igualdade social (igualitarismo). Uma coisa é declarar que todos têm a mesma dignidade independentemente de qualquer circunstância externa; outra coisa é declarar que devemos procurar ser todos iguais nessas mesmas circunstâncias externas.

A defesa da igualdade leva à defesa da dignidade. Não há reconhecimento da dignidade se não há reconhecimento do mérito. Ora o mérito implica que não haja total igualdade social. Daqui retiramos que a honesta defesa da igualdade não só se distingue do igualitarismo, como necessariamente se lhe opõe¹³.

6. Afirmar a Solidariedade

Não podemos confundir a admissão de desigualdades sociais, derivadas da valorização do mérito, com o indiferentismo. O indiferentismo e o individualismo são firmemente contrários à doutrina personalista.

O individualismo expende que o homem é auto-suficiente, acrescentando que o único objectivo da vida em sociedade é o interesse próprio. Negar o carácter social da natureza humana é uma formulação de elevado risco que apresenta uma total distorção do conceito de Pessoa.

Nós não existimos isolados, e o nosso pensamento não surge de forma isolada. Note-se por exemplo que pensamos com a linguagem, e esta por sua vez foi-nos transmitida. Quase tudo o que somos, somos de precedência social. Todo o raciocínio, exercício e ideologia que separe o homem do seu conceito social está implicitamente errado. Proclamar a liberdade como importante por ela constituir um veículo para a realização do interesse próprio é um erro comum, se assim fosse o egoísmo tornar-se-ia automaticamente altruísmo. Nós não existimos sem os outros.

¹² “Não é da vontade do Estado, consubstanciada na lei, que promanam os direitos da pessoa, mas sim na própria natureza desta”. FRANCISCO SÁ CARNEIRO – *Textos*, 1º Volume. p. 131.

¹³ *Vide* o ponto 3.5 do programa do partido (Março 2012).

Isto é, nem a igualdade, nem a liberdade poderiam ser verdadeiramente entendidas sem o valor da solidariedade. A política deve existir como serviço ao bem-comum e não como luta de poder pelo poder, nem sequer como um projecto que pretende justificar totalmente a existência dos cidadãos.

A defesa do valor da solidariedade, vinculando um especial cuidado para com os mais desfavorecidos, é o fundamento do Estado Social. O Estado deve prestar assistência aos cidadãos mais desfavorecidos com mecanismos de redistribuição. No entanto, não devemos confundir esta atitude assistencial e solidária, com um Estado que controle os meios de produção da economia. “O personalismo, centrado no valor incomensurável da dignidade da Pessoa humana, afasta inequivocamente as opções colectivistas”¹⁴.

7. O Estado ao serviço da Pessoa

O homem tem uma natureza que não foi criada pelo Estado, pelo contrário – esta mesma natureza determina o carácter social do homem e é por consequência esta que possibilita o Estado. Quando o Estado não reconhece a natureza humana torna-se incongruente, prepotente e totalitário. Esta postura significa sempre uma violência contra a Pessoa.

A visão personalista está vincada ao princípio da subsidiariedade. No centro da política está a Pessoa, e sabemos que ser Pessoa é ser relação – reconhecemos por isso que a célula fundamental da sociedade é a Família. Da mesma maneira que a Pessoa é anterior ao Estado, podemos afirmar que a Família é anterior ao Estado.

São estranhas ao Personalismo as iniciativas de Engenharia Social, os projectos que se proclamam juizes do progresso e que arrogam ser senhores da “roda da história”. A atitude personalista é de humildade e de respeito para com os cidadãos¹⁵, identificando-se com os costumes e as tradições das Pessoas¹⁶; repudiando todas as políticas que pretendem impor agendas doutrinárias e ideológicas, que nada têm que ver com a natureza humana, nem com os costumes dos povos¹⁷.

Se o homem fosse uma pura construção social, no fundo tudo poderia ser e nada seria. Não poderíamos defender os direitos fundamentais. Não haveria nem Estado, nem sociedade, nem poderíamos falar do conceito “Pessoa” – não haveria

¹⁴ PEDRO PASSOS COELHO – *Contributos para uma Social-Democracia Portuguesa*, Prefácio.

¹⁵ “O Estado deve estar ao serviço da pessoa (...) não do indivíduo descarnado e arvorado em valor absoluto, mas do ser que o homem a si próprio se vai dando no viver em relação com os outros”. FRANCISCO SÁ CARNEIRO – *Textos*, 1º Volume. p. 131.

¹⁶ Tal como vem especificado no ponto 2.6 do programa do partido (Março 2012).

¹⁷ “A política é para o serviço das pessoas e não estas para o serviço da política”. FRANCISCO SÁ CARNEIRO – *Textos*, 4º Volume. p. 220.

direito. Os mais fortes impor-se-iam aos mais fracos, não haveria nem liberdade, nem igualdade, nem justiça – apenas força.

A verdade não poderia ser mais clara – no seu princípio, em toda a sua actividade e no seu fim último – o Estado existe para servir as Pessoas, não são as Pessoas que existem para servir o Estado.

8. Concretização

Esta moção afirma a identificação da JSD com o Personalismo, nos termos em que este vem descrito no programa do partido. Portanto na exposição de propostas políticas, a estrutura da JSD deve orientar-se em coerência com os princípios personalistas expressos nesta moção, dos quais fazemos sùmula:

1 - A realidade é superior à ideia – rejeitamos as visões ideológicas que apresentam uma visão fechada e totalitária da política.

2 - A *praxis* política deve pressupor sempre um código moral.

3 - O valor da liberdade deve ser defendido, e como tal, preservado dos extremos da tirania e da libertinagem. A liberdade deve referenciar-se na Verdade.

4 - O valor da igualdade estabelece que, perante quaisquer circunstâncias, todas as Pessoas têm uma dignidade absoluta, que é superior ao Estado. Reconhecemos que a igualdade e o igualitarismo são antitéticos.

5 - O valor da solidariedade recusa a visão individualista, reconhecendo em primeiro lugar o papel da Família e em segundo lugar a necessidade do Estado Social.

6 - Reconhecemos que o homem está antes do Estado, portanto repudiamos a visão de um Estado que impõe aos seus cidadãos agendas ideológicas e projectos de Engenharia Social. O Estado deve respeitar as tradições e os costumes do seu povo.

7 - A Pessoa é o centro da política, portanto não são as Pessoas que estão ao serviço do Estado, mas o Estado que está ao serviço das Pessoas.

A JSD propõe-se a dar seguimento a esta moção, aprofundando o estudo do Personalismo, procurando divulgar, por meio de várias iniciativas, esta doutrina aos jovens portugueses – militantes e não militantes¹⁸.

“Afirmamo-nos personalistas e temos de sê-lo na acção”¹⁹.

¹⁸ Partindo da visão que o Personalismo é um excelente remédio para o marxismo filosófico, para o marxismo económico e para o marxismo cultural.

¹⁹ FRANCISCO SÁ CARNEIRO – *Textos*, 4º Volume. p. 220.